

Despedidas prejudicaram o esforço

O tempo dispendido pelos parlamentares com os discursos de despedida e a falta de acordo em questões de interesse popular, como a mensalidade escolar e as novas regras para locação de imóvel, foram alguns dos pontos que prejudicaram o último esforço concentrado desta legislatura, que só será encerrado depois de votado o orçamento da União. O maior prejuízo, porém, decorre da farsa montada pelos líderes do governo e da oposição na votação da mais polêmica das medidas provisórias, a da política salarial. Em votação simbólica, aprovaram o projeto de conversão à Medida Provisória 273, em que apenas um de seus pontos — o que inclui o abono salarial em janeiro de 5% a 12%, já anunciado pelo governo

para as faixas salariais até Cr\$ 120 mil — está a salvo do veto presidencial.

Fica apenas em plenário, portanto, a prefixação da inflação com base em 90% do índice apurado no mês anterior, valendo, também para preços e tarifas. “Seria novidade se o presidente Collor decidisse não vetar”, afirmou o autor do projeto, deputado Tidei de Lima (PMDB/SP).

Foram aprovados 10 das 17 medidas provisórias e 20 dos 35 projetos de lei, a maioria liberando créditos complementares, que somam cerca de Cr\$ 3 trilhões para vários órgãos federais. A Câmara impôs uma inesperada derrota ao Presidente ao não aprovar a tributação para as grandes fortunas.